

**ACTA N.º 1/2011**

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**

**2. REGULAMENTO DE COMPENSAÇÕES DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DEFINITIVA NA SEQUÊNCIA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas.

António Jorge de Sousa Pinto de Barros

Manuel João Santos Ramos

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

José Ferreira de Moura

Ana Maria Rodrigues Coelho

Maria Aline Ferreira Silva Caetano

Ana Margarida Vaz Alves Chaves

Rui Jorge Lousada Alves

A acta número cinco, referente à sessão anterior, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

O Senhor deputado António Pires de Almeida fez o seguinte reparo: Disse que na sua intervenção da página 19 em que se referiu ao aproveitamento da energia geotérmica em cascata, foi designada na acta a Quinta do Pinheiro como sendo em Vidago. Não é verdade a Quinta do Pinheiro é o antigo fruteiro que pertenceu à Adegas Cooperativas de Chaves e onde hoje funcionam os Serviços Operativos da Câmara Municipal de Chaves.

*Posta à votação foi aprovada por noventa e oito votos a favor e uma abstenção por ausência na última sessão.*

Entrou-se no “Período Antes da Ordem do Dia”.

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da entrada de duas Moções, uma subscrita pelo Partido Social Democrata e outra pela CDU.

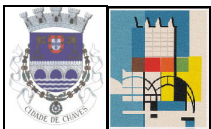
O Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão leu a “Moção” apresentada pela sua bancada e que se transcreve:

Antes de iniciar a sua leitura informou que esteve em conversações com os demais Grupos Municipais no sentido de que a versão final desta “Moção” seja subscrita por todos os Grupos Municipais que entendam fazê-lo.

**“MOÇÃO**

**I – EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS E CONSIDERANDOS**

**Considerando o crescente descontentamento dos utentes do Serviço Nacional de Saúde no Alto Tâmega com a situação que se vive na Unidade Hospitalar de Chaves e a sua degradação;**



Considerando as posições públicas assumidas anteriormente, pelos dirigentes autárquicos deste Partido;

Considerando as posições e deliberação desta Assembleia Municipal, designadamente em 30/12/2009 e 28/04/2010;

Considerando as mais de 6 mil pessoas (6.336) que subscreveram a Petição para a Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, entregue na Assembleia da República em 28 de Outubro de 2010;

Considerando a discussão da supra referida petição em sessão plenária da Assembleia da República na pretérita quinta-feira, 24/02/2011;

Considerando os diferentes projectos de resolução apresentados por vários partidos na Assembleia da República acerca da Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega;

### II – PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Fevereiro de 2011, delibera o seguinte:

1. Manifestar de forma clara e inequívoca o seu apoio à Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, com total Autonomia Administrativa e Financeira por entender que este é o modelo que defende da melhor forma os interesses e reivindicações das populações do Alto Tâmega;
2. O envio desta deliberação à Comissão de defesa da Unidade Hospitalar constituída nesta Assembleia, em 2009/12/30 para promover o reforço funcional da Unidade Hospitalar de Chaves e da sua articulação com os Centros de Saúde do Alto Tâmega;
3. O envio desta deliberação às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar;
4. O envio desta deliberação à Exma. Senhora Ministra da Saúde, Exmo. Senhor Primeiro-ministro, Exmo. Senhor Presidente da República, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Saúde e Direcções Parlamentares da Assembleia da República.

*Assembleia Municipal de Chaves em 28 de Fevereiro de 2011. O Grupo Municipal do PSD.”*

*Foi aceita a entrada desta “Moção”.*

Em seguida foi lida a “Moção” apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que foi lida pelo Senhor deputado Rui da Silva Oliveira e se transcreve:

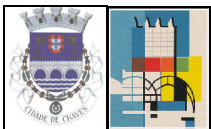
### “MOÇÃO

#### Contra a introdução de Portagens nas SCUT’S

Considerando a intenção do Governo de introduzir portagens nas SCUT’S, recentemente reforçada no quadro da apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento;

Considerando que a concretização desta medida configura uma profunda injustiça, dificultando as já complicadas condições de vida de largas franjas da população e agravará, ainda mais, os indicadores socioeconómicos que, nas regiões servidas por estas vias, já são inferiores à média nacional;

Considerando que a região de Trás-os-Montes e Alto Douro é afectada por esta medida, nomeadamente com a eventual introdução de portagens na A24 e A4;



Considerando que as regiões que envolvem a A24 e A4 não cumprem os critérios definidos pelo Governo para introdução de portagens, nomeadamente de riqueza relativa e no que respeita a alternativas existentes;

Considerando o coro de protestos oriundos de diversos sectores e o descontentamento manifestado pelas populações afectadas por esta medida;

**A Assembleia Municipal de Chaves reunida a 28 de Fevereiro de 2011 delibera:**

**1 – Expressar o seu absoluto desacordo com a introdução de portagens na A24 e A4;**

**2 – Manifestar ao Governo o seu desagrado caso este entenda levar por diante tal medida, exigindo que recue nesta decisão;**

**3 - Manifestar às populações afectadas a sua profunda solidariedade e com estas desenvolver as formas de luta adequadas de forma a impedir que as medidas em causa sejam implementadas;**

**4 – Desafiar os autarcas da região a tomar medidas mais concretas de contestação às anunciadas portagens;**

**5 – Tornar público o conteúdo desta Moção e remetê-lo aos Órgãos de Tutela.**

**Chaves, 28 de Fevereiro de 2011. O Grupo Municipal da CDU.”**

*Foi aceite a entrada desta Moção. Não houve intervenções e foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.*

Em seguida passou-se à discussão da 1ª “Moção”, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse que os Grupos Municipais do PSD, PS e CDS/PP chegaram a um entendimento sobre a questão da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, faltando apenas o parecer da CDU.

A alteração que foi acordada deu à “Moção” a seguinte redacção:

**Os Grupos Municipais do PSD, CDS-PP e PS, propõem à Assembleia Municipal de Chaves que seja aprovada a seguinte “MOÇÃO”:**

#### **I – EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS E CONSIDERANDOS**

**Considerando o crescente descontentamento dos utentes do Serviço Nacional de Saúde no Alto Tâmega com a situação que se vive na Unidade Hospitalar de Chaves e a sua degradação;**

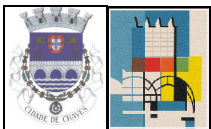
**Considerando as posições públicas assumidas anteriormente, pelos dirigentes autárquicos destes Partidos;**

**Considerando as posições e deliberação desta Assembleia Municipal, designadamente em 30/12/2009 e 28/04/2010;**

**Considerando as mais de 6 mil pessoas (6.336) que subscreveram a Petição para a Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, entregue na Assembleia da República em 28 de Outubro de 2010;**

**Considerando a discussão da supra referida petição em sessão plenária da Assembleia da República na pretérita quinta-feira, 24/02/2011;**

**Considerando os diferentes projectos de resolução apresentados por vários partidos na Assembleia da República acerca da Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega;**



### II – PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Fevereiro de 2011, delibera o seguinte:

1. Manifestar o seu apoio à Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, com total autonomia Administrativa e Financeira por admitir que este é o modelo que defende da melhor forma os interesses e reivindicações das populações do Alto Tâmega;
2. O envio desta deliberação à Comissão de defesa da Unidade Hospitalar constituída nesta Assembleia, em 2009/12/30 para promover o reforço funcional da Unidade Hospitalar de Chaves e da sua articulação com os Centros de Saúde do Alto Tâmega;
3. O envio desta deliberação às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar;
4. O envio desta deliberação à Exma. Senhora Ministra da Saúde, Exmo. Senhor Primeiro-ministro, Exmo. Senhor Presidente da República, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, á Comissão Parlamentar de Saúde e Direcções Parlamentares da Assembleia da República.

*Assembleia Municipal de Chaves em 28 de Fevereiro de 2011. Os Grupos Municipais do PSD, CDS-PP e PS”.*

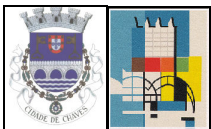
**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse: “o que acaba de se verificar é a política no seu melhor.

Que a negociação sobre um texto com a seriedade de uma posição de uma Assembleia Municipal se traduza em retirar a frase «de forma clara e inequívoca», é no mínimo caricato porque entendo que quando este Órgão Autárquico se pronuncia sobre um assunto o faz de uma forma clara e inequívoca.

Gostava de saber se ainda existe a Comissão de Defesa da Unidade Hospitalar, tendo em conta que nas últimas semanas, perante acontecimentos tão sérios, essa Comissão não reuniu, não tomou posição e não tomou nenhuma atitude.

Perante acontecimentos tão importantes como estes, tenho dificuldades em entender porque é que a Petição Pública não passou pela referida Comissão e a ida à Assembleia da República não teve a negociação com os Grupos Parlamentares. A CDU manifestou a sua opinião na Assembleia Municipal e em tempo útil apresentou uma posição inequívoca sob o que estava em discussão, ao contrário do Partido Socialista e do PSD que deixaram para o último minuto qualquer iniciativa que permitisse uma discussão prévia e seria. Neste processo, mais uma vez, foi o Grupo Parlamentar da CDU, na Assembleia da República, que teve o comportamento mais correcto porque, em tempo útil, expressou a sua opinião junto dos autarcas e da comunicação social e permitiu a criação de bases para uma discussão. Tal não o fizeram os partidos que têm deputados eleitos pelo Distrito de Vila Real, sendo alguns deste Concelho de Chaves. Neste momento é um grave erro para o funcionamento do Centro Hospitalar uma desarticulação completa e, esta “Moção,” é uma forma de redigir essa desarticulação, manifestando só a questão administrativa e financeira. Entendo que existe aqui um rebuscar demasiado grande, que mais não é do que uma negociação política que corta as palavras «clara e inequívoca» e depois não assume aquilo que se quer assumir.

Se querem assumir a saída completa, a Assembleia deve ser transparente e deve dizer: «A Assembleia Municipal de Chaves exige a desarticulação do Centro Hospitalar» e tem total legitimidade para o fazer. Mas encontrar formulas de negociação que em minha opinião são difíceis de entender, posso perguntar qual o significado. Há autonomia administrativa e financeira? E a autonomia de serviços? E a autonomia clínica? É a



saída completa do Centro Hospitalar em termos administrativos e financeiros que se está a defender? Se é então deve assumir-se com transparência no momento certo. É a falta de transparência e de evidência que cria os equívocos.

Cada partido deve posicionar-se como entender, com toda a legitimidade. Pelos motivos expostos a CDU vai abster-se na votação desta “Moção”. Se entenderem fazer outro documento com uma redacção diferente será feita a sua discussão e votação”.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse não estranhar a posição assumida pela CDU sobre o assunto em questão.

“A Comissão de Defesa do Hospital foi eleita por esta Assembleia e só ela é que tem poderes para a extinguir.

Quanto à posição de definir com clareza a situação de sair do Centro Hospitalar recordei ao Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha que na sessão da Assembleia Municipal realizada em Abril de 2010, foi aprovada quer a desanexação, quer a criação da Unidade Local de Saúde.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – cumprimentou os presentes e disse que gostaria de lembrar ao Senhor deputado Manuel Cunha que na última reunião da Comissão ficou decidido que a partir daí, o processo de defesa do Hospital seria liderado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, em quem os restantes Autarcas do Alto Tâmega delegaram.

“Eu pessoalmente acompanhei o desenvolver da situação, assinando a Petição Pública e dando-a a assinar a outras pessoas; a Comissão não voltou a reunir nem tinha de o fazer uma vez que todos concordamos que fosse delegado no Senhor Presidente da Câmara a condução do processo. Aquando da Petição Pública eu disse que, caso a petição não resultasse, então sairíamos para a rua”.

**BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA T. GONÇALVES** do PS – cumprimentou os presentes e disse que o Partido Socialista e o seu Grupo Municipal, como sempre, e na linha daquilo que tem sido a sua actuação nesta Assembleia Municipal abre, novamente, a oportunidade ao Senhor Presidente da Câmara de liderar este processo.

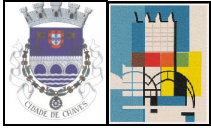
“Este é um processo de negociação, de gestão política e esperamos que, desta vez, não claudique. A imposição de retirar a expressão «de forma clara e inequívoca» foi feita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, e fizemo-lo porque não conseguimos dizer de forma clara e inequívoca, que apoiamos um projecto para criação da Unidade Local de Saúde que desconhecemos. Não sabemos se o Governo tem esse projecto, não sabemos se o Senhor Presidente da Câmara o tem. Sendo assim não podemos declarar de forma clara e inequívoca que apoiamos. O que efectivamente apoiamos é o reforço dos cuidados na Unidade Local de Chaves de imediato, de forma clara e inequívoca.

A negociação para a criação da Unidade Local de Saúde parece-nos que ainda ninguém a colocou na praça pública de forma clara e inequívoca. Enquanto isso não for feito concordamos que se vá percorrendo o caminho, sem esquecer que urge fazê-lo de imediato. O Senhor Presidente da Câmara tem a nossa concordância para negociar, para agir politicamente, acreditando que este modelo possa ser melhor do que aquele que temos, mas com legítimas dúvidas”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU - usou novamente da palavra para recordar ao Senhor deputado Nelson Montalvão duas coisas:

“1ª. Antes de fazer parte, como adjunto da Direcção Médica do Centro Hospitalar, expressei, nesta Assembleia Municipal, a minha oposição à desintegração do Hospital de Chaves.

2ª. Eu não estou aqui a expressar a minha opinião como médico, mas sim a posição nacional do Partido Comunista. Quero que fique registado que o Partido Comunista na Assembleia Municipal alertou, há um ano atrás, que uma desintegração, nos moldes em



que foi proposta seria desastrosa e, curiosamente, foi o Partido Socialista que na altura se absteve.

O Senhor deputado Pimentel Sarmento veio aqui dizer que a Comissão de Defesa do Hospital não foi extinta e não necessita de funcionar. Se for entendido que esta Comissão nunca mais morre e nunca mais funciona, o ridículo também mata. Finalmente o Partido Socialista é que poderá, se assim o entender, explicar porque se opôs. Seja qual for o modelo, neste momento histórico da saúde em Portugal e na Região, a desintegração aqui proposta é preocupante. E eu acho espantoso que o Partido Socialista vá votar esta “Moção” como se não a apoiasse e ao mesmo tempo pretende dizer que a vota empurrando a “batata quente” para o Presidente da Câmara. Entendo que quem vote esta “Moção” saiba o que está a propor; e o que está a propor é a desintegração do Hospital de Chaves do Centro Hospitalar e a criação da Unidade Local de Saúde, com todas as consequências que daí possam advir. Entendo que, neste momento, é importante que sejam cumpridas as promessas que o Centro Hospitalar e o Ministério da Saúde fizeram sobre a Unidade Hospitalar de Chaves. O Partido Socialista, como sempre, quer estar de bem com todas as situações; vota a “Moção” para que politicamente não se possa dizer que em Chaves os futuros candidatos a Presidentes da Câmara inviabilizaram a ULS, mas ao mesmo tempo que estão a votar dizem que não estão a votar nada.

Relativamente a este ponto dou razão ao Senhor deputado Nelson Montalvão, quando diz que desde que o PSD aprovou a “Moção” na Assembleia Municipal há um ano atrás, a aprovou de uma forma transparente dizendo claramente «queremos a desintegração», da qual discordamos”.

**LUÍS DIAS DE CARVALHO** do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse subscrever a “Moção” apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

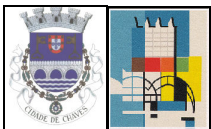
“As alterações feitas não alteram nada e até são ridículas. A questão da saúde não deve ser tratada com arrogância como eu vi aqui hoje. Estou aqui a representar a população que me elegeram e são os interesses dela que devemos defender. A questão da saúde ultrapassa o mero jogo partidário. Os flavienses que falem, os habitantes do Alto Tâmega e Barroso que falem. Eles é que sentem na pele o afastamento dos cuidados de saúde efectivos e essa deve ser a maior preocupação de todos nós.

Sou um defensor do estado de direito e as vias democráticas devem ser tomadas para resolver os interesses das populações, mas não concebo e não aceito que as vias diplomáticas se prolonguem eternamente. As populações da nossa Região são cidadãos iguais aos restantes habitantes do País. Pagam os mesmos impostos, têm as mesmas responsabilidades e certamente não vão aceitar esta demora dos poderes políticos para resolverem estes assuntos de uma vez por todas. Se a via diplomática não resultar, se não formos ouvidos só temos um caminho que é o de protestar na rua, como o fazem no resto do País.”

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – voltou a usar da palavra para dizer que hoje, nesta Assembleia Municipal, podia ser um dia histórico se a Assembleia da República tivesse aprovado a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega.

“Infelizmente isso não aconteceu porque temos entre nós quem não pense assim e tudo fez para adiar as justas reivindicações da maioria da população do Alto Tâmega.

Basta de atropelar com falsas promessas aqueles que vos elegeram. As vossas declarações já não enganam ninguém e não têm eco nas populações que se manifestam das mais diversas maneiras no que respeita ao atendimento no nosso Hospital que perdeu e perde diariamente qualidade nos serviços que presta. Também na Assembleia da República os Senhores deputados de cada Grupo Parlamentar se referiram à péssima qualidade dos Serviços prestados no nosso Hospital, com excepção da Senhora deputada Flaviense que para ela é um «mar de rosas».



Citando o Senhor deputado Agostinho Lopes da CDU que disse .....«temos de travar o agravamento do funcionamento do Hospital de Chaves que perdeu tudo, várias valências, umas urgências que estão degradadas e o seu estado é desolador» fim de citação. No mesmo sentido foi a intervenção do Senhor deputado do Bloco de Esquerda, Dr. João Semedo que acusou o Governo de criar Centros Hospitalares à custa do encerramento de serviços e do esvaziamento dos hospitais de proximidade; este Senhor deputado demonstrou conhecer bem a situação caótica do nosso Hospital. Também o CDS/PP demonstrou, através do seu deputado na AR conhecer a situação real do nosso Hospital, sublinhando a posição do deputado municipal Senhor Valdemar Carneiro que sempre se opôs à integração e denunciou o estado a que chegou o Hospital de Chaves.

O Senhor deputado Manuel Cunha em 26 de Abril de 2006 fez uma intervenção sobre esta questão onde disse que a CDU está disponível para participar numa luta aos mais diversos níveis e dizer ao Governo que o corte às cegas feito pelos Senhores de Lisboa é inaceitável. Também em 24 de Setembro de 2008 o Senhor deputado disse: ...«continua a ser um compromisso da CDU a questão da saúde no Concelho de Chaves. As contas da integração serão feitas no final do ano e então demonstrarei que foi uma má opção para a Região de Chaves». Em comunicado à imprensa denunciou os números do Centro Hospitalar dando vários exemplos e disse: «fui contactado por vários profissionais que trabalham na urgência que me puseram ao corrente do nível insustentável a que o Hospital de Chaves chegou». Disse também que a demissão pedida pelos chefes da urgência do HC não foi influenciada pela CDU e afirmou que o ambiente que ali se vivia é de esvaziamento. Em 24 de Agosto de 2008 o Senhor deputado Manuel Cunha continuou a contestar a integração, afirmando que a única força política do concelho que manteve a sua posição norteada pelos mesmos princípios e pela sua actuação foi a CDU. Nessa altura incitou todos os elementos da Assembleia Municipal de Chaves a defender a desanexação, e a demonstrar que as populações não aceitam o esvaziamento do Hospital de Chaves. Em 30 de Dezembro de 2009 o Senhor deputado Manuel Cunha fez um ataque cerrado ao Serviço Nacional de Saúde, defendeu a Unidade Local de Saúde articulada com os Centros de Saúde e referiu que a ULS era uma proposta nacional da CDU. Em 22/01/2010 deu uma conferência de imprensa com o título "Estamos muito aquém do que estava prometido" e continua a defender a ULS. Em 25/02/2011 diz finalmente que a Unidade Local de Saúde que defendia era para continuar a ser administrada pelo Centro Hospitalar de Vila Real, contrariando tudo o que defendeu no passado.

Gostava de perguntar ao Senhor deputado Manuel Cunha o que ia ganhar o Alto Tâmega com a articulação administrativa, financeira, logística técnica e clínica com o Centro Hospitalar.

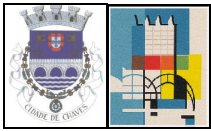
As reformas feitas pelo governo socialista na área da saúde foram uma desgraça para as populações do interior, principalmente para os concelhos de menor dimensão em Ihe foi retirado o pouco que

já tinham. Do Minho ao Algarve não há concelho do interior que não fosse prejudicado e abandonado à sua sorte. Todos os dias assistimos, na comunicação social à contestação e revolta das populações. Que reforma é esta que não protege os mais fracos e desprotegidos?

Relativamente ao Partido Socialista local apenas Ihe digo que será julgado nos próximos actos eleitorais.

Um muito obrigado aos Senhores Presidentes das Juntas pelo seu esforço em defender as populações que representam.

Cada vez me convenço mais que a Senhora deputada Paula Barros deve ter um desgosto enorme em ter nascido em Chaves, pois nunca a vi a defender as populações desta região, no campo da saúde. Aquando da integração a Senhora deputada foi a voz



da reforma do então Ministro da Saúde, dizendo que para nós era a melhor opção e que ficaríamos melhor. Esteve ao lado do Senhor Ministro da Saúde no encerramento da nossa maternidade, afirmando que a maternidade de Vila Real era muito melhor que a de Chaves, contrariando a opinião de muitos profissionais da saúde. Hoje todos sabemos que há muitas parturientes que procuram outros hospitais por não terem confiança no de Vila Real e outras, como todos sabemos, têm os seus filhos nas ambulâncias. A Senhora deputada Paula Barros quando usou da palavra na Assembleia da República podia ter falado do encerramento dos vários serviços e na perda de qualidade dos cuidados de saúde, na perda de médicos e enfermeiros, na call center que foi prometida para Chaves e no descalabro total em que se encontra a nossa Unidade Hospitalar. Estamos cansados de ouvir a Senhora deputada Paula Barros dizer na imprensa que estamos melhor, que ganhámos com a integração e isso não é defender os interesses desta Região.

Hoje acredito que vamos ter uma Unidade Local de Saúde, contra a vontade da Senhora deputada da Nação é claro, mas nem todos os seus colegas de partido estão de acordo com a sua posição, quer a nível local, quer a nível nacional.”

**JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS** do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o assunto é de facto muito sério e não se compadece com discursos fáceis.

“Entendo que não temos outro caminho que não seja o da criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, desintegrada do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, independentemente de um período difícil de transição que todos teremos de percorrer. O que foi feito nos últimos três anos foi muito gravoso para o nosso Hospital. Tive a oportunidade de saudar o Dr. Manuel Justino Matos Cunha em privado, através do telemóvel, por uma posição que recentemente tomou em relação ao pagamento das SCUT’S e ao facto do Senhor Secretário da Saúde Dr. Manuel Pizarro ter tomado uma atitude atabalhoada de exigir aos doentes que apresentassem um atestado de pobreza, para poderem ser transportados.

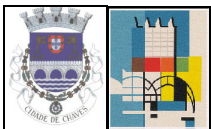
Devido ao encerramento da nossa maternidade as crianças de Chaves estão a ir a Vila Real fazer os vários exames que lhe são pedidos e que, no passado, eram feitos no nosso Hospital, nomeadamente exames de ortopedia etc. Desta forma obrigam as nossas crianças a fazer 120 km de cada vez que se deslocam, a gastar gasolina/gasóleo, a pagar portagens dentro em breve, com os pais ou familiares a perder tempo no serviço de consultas, enquanto os médicos pediatras do Hospital de Chaves andamos por de trás a tratar reparar esta situação. É lógico que isso faz com que o número de utentes aumente no Centro Hospitalar. Depois disso ainda têm o descaramento de vir a Chaves insultar os colegas de pediatria que durante anos estiveram a defender como melhor sabiam e podiam a nossa gente. Temos tido crianças a quem temos vindo a prestar tratamentos diferenciados – caso de uma criança de Chaves, com nove meses, que recentemente teve de ser intervencionada na Suíça – e vêm acusar-nos que não temos diferenciação.

Não vemos a perspectiva de juntar os Centros de Saúde e o Hospital. Sabemos que não é fácil juntar clínicos dos Centros de Saúde e do Hospital a trabalhar em parceria para cuidar em conjunto dos doentes. Eu não estou iludido e tenho consciência que vai ser um caminho muito árduo, com muitas dificuldades e riscos. Mas virem aqui dizer que as coisas estão bem, eu não concordo minimamente.

**BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA T. GONÇALVES** do PS – referiu-se à intervenção do Senhor deputado José Pimentel Sarmento e perguntou à bancada do PSD se os Senhores deputados se revêem neste tipo de comparações e neste tipo de linguagem.

Não andamos aqui a brincar à política e eu gostava que a liderança da bancada se pronunciasse sobre o assunto porque é inadmissível o tipo de linguagem e de





comparações que o Senhor deputado fez na sua intervenção. Não estou a defender a honra de ninguém mas sim a do grupo Municipal do meu partido.

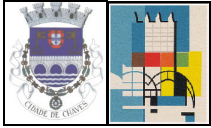
**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU - usou de novo da palavra para dizer que a sua posição contra a desintegração foi prévia, vários meses, a qualquer ténue contacto e prévia também à sua entrada na direcção técnica que só aconteceu em Maio de 2010. "Estou aqui a falar na posição oficial da CDU.

O Senhor deputado Jorge Miguel França dos Santos levantou aqui uma série de questões que são legítimas, entendo que invocar essas questões para justificar a integração é que já é discutível. Há uma série de aspectos que têm a ver com aquilo que CDU também denunciou quando foi encerrada a Maternidade. Efectivamente os recém-nascidos em Vila Real que tenham qualquer problema ou alteração devem passar a ser atendidos no Hospital de Chaves e não em Vila Real como vem sendo feito. Esta é uma situação que tem de ser corrigida e para a qual tem de haver pressão política e se necessário com manifestações na rua. A CDU apoiou e continua a apoiar esta tomada de posição para exigir uma melhor prestação de cuidados de saúde.

É bom que fique claro que a CDU apoia a criação de Unidade Local de Saúde em Chaves, porque é uma questão de bom senso e de racionalidade. Articular os meios humanos e a logística dos Centros de Saúde e dos Hospitais para que funcionem em conjunto. Apoiamos esse modelo porque nos parece ser o mais adequado para as populações. Em Dezembro de 2009, mediante a apresentação de uma "Moção" por parte do PSD a CDU disse que ao fim de três anos – neste momento já são quatro – de integração no Centro Hospitalar, não é fácil desmontar o sistema. Na Proposta apresentada pelo Partido Comunista na Assembleia da República, que foi apresentada a tempo e distribuída a todos os Senhores deputados, põe um período de dois anos para fazer a articulação do Hospital com os Centros de Saúde. Se o modelo funcionasse daria lugar a uma Unidade Local de Saúde totalmente autónoma. Se não funcionasse seria reavaliado.

Sei que o meu papel não é fácil mas que fique claro que eu pugno pela Unidade Local de Saúde num período de dois anos, ligada ao Centro Hospitalar e depois a rever e analisar o seu funcionamento. O que se vai passar na saúde das populações do Alto Tâmega é muito mais determinado pela evolução das políticas nacionais de saúde do que pela organização do poder local; também é útil saber que a primeira posição política nacional sobre o transporte de doentes em todo o país, foi tomada pelo PCP no Distrito de Vila Real e foi a primeira força política, em termos nacionais e locais, a alertar que o projecto do Governo, apresentado em finais de Dezembro, era autenticamente catastrófico. A esse propósito escrevi uma carta no Jornal de Notícias, e o Jornal dos Bombeiros a nível nacional, telefonou-me a pedir autorização para publicação da posição por mim assumida.

O Partido Comunista em nenhum momento, antes ou depois, deixa de actuar na defesa das populações. A Senhora deputada Paula Barros lançou a questão para a responsabilidade do Presidente da Câmara, mas a verdade é quem decide mesmo é o Governo e se quiser criar o ULS cria-a no modelo que entender porque tem os meios legais, autoridade política e legitimidade para tomar decisões e implementar o que entender. O Centro Hospitalar do Nordeste foi transformado pelo Governo numa ULS gigante, agrupando três Hospitais e catorze Centros de Saúde. Não está aqui em questão se os Presidentes das Câmaras conseguem negociar porque todos nós acreditamos que temos um Governo de bem, que gere as questões da Saúde da melhor forma. O desafio que o PCP lhe fez foi no sentido de criar a ULS mantendo durante dois anos o Hospital de Chaves integrado para evitar uma situação de rotura gravíssima no nosso Hospital. Se o Governo tomar uma decisão repentina, o Centro Hospitalar chama os seus médicos para Vila Real (os médicos que eram do Quadro há quatro anos atrás,



muitos dos quais já se reformaram e saíram desiludidos com o projecto) temos um Hospital esvaziado de Recursos Humanos que de nada nos serve.

A CDU entende que se ao fim de dois anos de experimentação do modelo da Unidade Local de Saúde se verificar que tem pernas para andar, que é útil para as populações, que o caminho está feito, a desintegração está prevista no “Projecto de Resolução” da CDU. Não devemos avançar às cegas porque todos os processos de desintegração de entidades complexas exigem tempo e discussão. Se há uma posição responsável e de bom senso é ao Partido Comunista expressa no referido “Projecto de Resolução” que foi distribuído por todos”.

**JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS** do PS – pediu novamente a palavra para esclarecer um aspecto relacionada com o transporte de doentes.

“Depois de ouvir a intervenção do Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha não posso deixar de esclarecer que a preocupação do PSD é acima de tudo o bem-estar das populações. Ao pugnarmos pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega o nosso objectivo é sempre conseguir o melhor para as gentes desta Região. Quando se disse que o PSD está neste momento em altas negociações com o Governo em relação às mulheres grávidas do Alto Tâmega poderem ter os seus filhos no Hospital de Verin, tal como acontece em Elvas e Badajoz, admitindo-se a possibilidade de um reforço da Eurocidade dentro da estratégia do Eixo Transatlântico, o Senhor deputado pensou que isso iria colocar em risco a maternidade de Vila Real. O Senhor deputado Manuel Cunha entendeu que o mais importante seria manter a Maternidade de Vila Real, e o número de partos, para poder manter a sua competência técnica científica, quando as mães de Chaves poderiam, com menor prejuízo económico, nascerem numa Unidade que já não pertence a uma fundação, mas está integrada nos serviços nacionais da Galiza e está a ser feito, neste momento, um esforço no sentido de reforçar a parceria de cuidados de saúde entre as populações raianas. Isto significa que o Partido Social Democrata está neste momento a encontrar, com seriedade e responsabilidade medidas alternativas de assistência à sua gente com proximidade e qualidade. Se foi possível em Elvas em Chaves também certamente o será e os autarcas estão empenhados em assegurar aquilo que não foi assegurado antes.

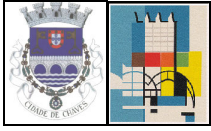
A Senhora deputada Brigitte Gonçalves está muito preocupada porque não conhece o projecto todo da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, quando existem várias Unidades Locais de Saúde que foram especificadas no Projecto de Resolução do PSD ao nível da Assembleia da República. Quando o Governo Socialista impôs a Chaves, ao nosso Hospital, aos clínicos e às populações o modelo que pretendia, também não nos foi dado nenhum desenho daquilo que iam fazer.

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – depois de cumprimentar os presentes disse que pediu a palavra porque em várias das intervenções havidas foi citada a Câmara Municipal e como seu Presidente compete-lhe responder pelo Executivo Municipal.

Em política, muitas vezes, a linguagem tem diversas interpretações mas tem de ser entendida no seu respectivo contexto e em termos políticos pode haver exageros desde que não haja faltas de respeito para com as pessoas.

Na minha intervenção vou procurar lembrar apenas factos. A legislação portuguesa diz claramente que a responsabilidade no campo da saúde pertence exclusivamente ao Governo e lançar essa responsabilidade para qualquer órgão autárquico, não tem qualquer cabimento. É uma tentativa frustrada que já tem cinco anos, mas quem tem de avaliar saberá fazê-lo de forma clara e no momento certo.

Em 2006, quando se começou a falar da integração da Unidade de Chaves no Centro Hospitalar – que veio a concretizar-se em 2007 – a primeira proposta apresentada para a criação de Unidade Local de Saúde foi feita por mim. Feita a integração foi o Município de Chaves apoiado pelos restantes Municípios do Alto Tâmega e pela sua população quem tomou a iniciativa e se manifestou, quando foi posta em causa a



urgência médico-cirúrgica. Houve iniciativa, houve quem a tomasse e houve quem a levasse a efeito. Em 2006 havia apenas uma Unidade Local de Saúde no País – a de Matosinhos – e, nos anos seguintes até ao presente, foram criadas mais sete. O Senhor Ministro Correia de Campos disse que ULS havia a de Matosinhos e que em Chaves o contexto era totalmente diferente - e efectivamente é - e que não seria criada mais nenhuma no País. Esse argumento caiu por terra porque ao longo dos últimos anos foram sucessivamente criadas novas Unidades Locais de Saúde com características muito semelhantes à nossa, nomeadamente a de Castelo Branco que também não tem dimensão distrital. Verifica-se aqui uma clara falta de coerência por parte de quem tem o poder e a responsabilidade de decidir.

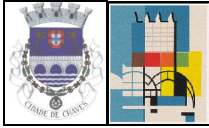
Ao longo do tempo aquilo que nos foi apresentado como uma situação positiva veio a confirmar-se não o ser; temos todo o direito de procurar um modelo alternativo e foi isso que se começou a fazer. Foi e é sempre em nome das populações que o executivo camarário actua e por essa razão voltámos a apresentar a proposta da Unidade Local de Saúde. Começámos a sentir que a integração no CHATMAD não foi benéfica para as populações de Chaves e do Alto Tâmega, pelo contrário, criou desconfiança e isso é terrível. As pessoas nas questões da saúde e da segurança, mesmo que não seja preciso actuar em seu favor, gostam de saber que, se for necessário, têm alguém que as ajuda e que as defenda. Foi isso que se perdeu e foi nesse contexto que eu e os restantes Presidentes de Câmara do Alto Tâmega retomámos a insistência na criação da Unidade Local de Saúde pela via da Petição Pública. A Petição foi conseguida e discutida na Assembleia da República. Neste momento está para ser elaborado um texto comum da Proposta de Recomendação ao Governo da criação da ULS do Alto Tâmega.

Não é quem mais fala, ou fala mais alto que melhor defende a saúde em Chaves, mas sim quem vai ao terreno e actua e isso nós temos feito; aguardamos com expectativa o que a Assembleia da República vier a aprovar. Que a criação recente – há apenas 15 dias – da Unidade Local de Saúde do Nordeste sirva de exemplo e seja extensiva ao nosso território. Para além dos argumentos aduzidos, da facilidade de atendimento ao doente, do processo clínico ser único, da maior facilidade de coordenação, de melhor gestão de recursos, temos em breve a imposição do pagamento de portagens na A24, facto que vem agravar ainda mais a nossa situação. Tudo isto são argumentos válidos para que Chaves possa ter serviços de saúde autónomos, de qualidade e de proximidade. Temos esse direito e mais do que nunca devemos unir-nos em favor desta causa comum porque representamos o povo que nos elegeu. Se o modelo que temos não nos serve, temos a responsabilidade e a obrigação de procurar aqueles que melhor nos servem. É em nome dessa qualidade e dessa proximidade que todos nós devemos lutar.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que subscreve a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara no essencial, mas lembrou que o Governo introduziu portagens na A24 com forte pressão do PSD a nível nacional.

“Se o objectivo é uma posição política e unânime a favor da Unidade Local de Saúde, bastava - e o PSD sabia que o impacto político era exactamente o mesmo - que não estivesse mencionada a “completa Autonomia Financeira e Administrativa”. Se queriam o impacto político tinham-no aí todo.

É bom que no calor da discussão não sejam confundidas as coisas. O Senhor deputado Jorge Miguel França referiu-se a uma conversa havida numa reunião. A dimensão do Hospital de Verin nada tem a ver com a dimensão do Hospital de Badajoz e quem fizer essa comparação demonstra falta de seriedade naquilo que está a dizer. O PCP, como outros partidos, sempre se opuseram a que a alternativa dos partos da região de Elvas passasse para Badajoz. Aproveito para dizer que o número de nascimentos no Distrito – e são dados preocupantes – continua a cair a pique. No mês de Janeiro houve 110



partos na Maternidade do Centro Hospitalar. Isto significa que está no limite da viabilidade, como Região, porque o número de partos caiu para menos de metade, nos últimos dez anos. E se é verdade que uma pequena percentagem disso são partos que se vão fazer ao Porto, é bom não fecharmos os olhos à realidade, porque a Região está seriamente afectada. O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, ocultou que quando se deu o encerramento da Maternidade a posição da Câmara foi mais atenuada. O Partido Socialista por sua vez apoiou publicamente o seu encerramento. Nessa altura o grande objectivo tinha sido ao contrário; era que o Hospital de Chaves servisse a Região de Espanha em termos de Maternidade.

**BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.T.GONÇALVES** do PS – usou de novo da palavra para dizer que o sentido de votação do seu Grupo Municipal será feito através de declaração de voto.

“Revemo-nos na dúvida que o Senhor deputado Manuel Cunha deixou no ar. Efectivamente se o “único claro e inequívoco” objectivo do Grupo Municipal do PSD fosse a Unidade Local de Saúde, bastaria tão só que a “Moção” a ela se referisse. O que nos fez introduzir alterações a esse texto foram as dúvidas, dúvidas que, de uma vez por todas, alguém terá de as considerar legítimas. Isto porque ainda não há modelo. São legítimas quando ouvimos do Senhor deputado Jorge França dizer que o PSD anda em negociação para que as nossas crianças vão nascer a Verin. Há ou não negociação política? A posição do Partido Socialista ao contrário do queiram dizer é clara e coerente. O Projecto de Resolução apresentado pelo PS na Assembleia da República foi o único que referiu coisas; que enquadra no contexto das relações transfronteiriças entre o Norte de Portugal e a Galiza, mecanismos de facilitação de acesso de pessoas de ambos os lados da fronteira, a serviços de saúde”.

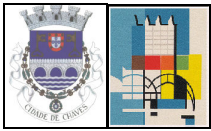
**O PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas informando a Senhora deputada **Brigite Raquel** que da parte do Município de Chaves foram apresentados factos.

Foi claramente assumido que a Proposta da Câmara Municipal, votada nesta Assembleia Municipal para criação da ULS do Alto Tâmega não teve sucesso. E não teve sucesso precisamente porque o Governo não quis optar por essa solução. Quem tomou a decisão de integração foi o Governo e caso tivesse optado por criar a ULS do Alto Tâmega, como a Câmara e a Assembleia Municipal propuseram, e o resultado no terreno hoje fosse o mesmo, estaríamos aqui para assumir as nossas responsabilidades.

O projecto da Eurocidade tem um percurso, tem expectativas e objectivos comuns. E dos objectivos que apresenta, para além dos que já são possíveis, têm a ver com a Saúde, com a Educação, com o Ordenamento do Território, com a Protecção Civil, mas é necessário que haja alteração da legislação, quer por parte do Governo Espanhol, quer por parte do Governo Português. No próximo dia 18 de Março o Senhor Secretário da Saúde virá a Chaves, a convite da Câmara Municipal, para avaliar essas possibilidades. É efectivamente uma possibilidade que terá de ser negociada. O facto é que a Maternidade de Verin funciona, independentemente do número de partos e se tem capacidade para atender todas as parturientes do Alto Tâmega é uma questão de se avaliar. Da mesma forma também será dada a opção, a pessoas do lado de lá da fronteira, para se tratarem na Unidade Hospitalar de Chaves, dentro das valências que pode oferecer em termos de saúde.

Se neste campo da saúde pudermos oferecer às pessoas o máximo de possibilidades que venham a existir, com a qualidade que se requer, entendo que isso será muito importante para as populações.

O Senhor deputado **Manuel Cunha** referiu-se mais uma vez às SCUT'S. Já por várias vezes aqui disse que apesar de ter uma filiação partidária, isso não me obriga a estar de acordo com tudo o que o meu partido aprova. No caso concreto das SCUT'S eu



também sou crítico porque sou contra as portagens e já o disse em diversos órgãos. Sou contra o princípio da universalidade porque o País não pode tratar por igual, aquilo que é diferente. Mas há uma coisa que é necessário lembrar ao Partido Socialista. O PSD pugnou por tantas coisas que o PS não fez, mas esta, como lhe convinha, fê-la de imediato. Como cidadão terei de pagar as portagens a partir do dia 15 de Abril de 2011, por opção do Governo, contra as quais estou.

**MARIA MANUELA PEREIRA TENDER** do PSD – Cumprimentou os presentes e em seguida disse que, relativamente ao tema em debate, é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa.

O Senhor Presidente da Câmara mostrou que consegue sentir as preocupações, os anseios e as aflições da nossa população, sobretudo a mais idosa, muitas vezes isolada em aldeias e com falta de mobilidade, dos nossos filhos, dos nossos pais e dos nossos avós. Quem é que hoje entra no Hospital de Chaves ou no Centro Hospitalar, ou deixa lá o pai, ou filho e sai de lá tranquilo? É essa sensação de segurança que temos de voltar a adquirir; saber que temos serviços de proximidade que resolvem os nossos problemas. É este sentimento de segurança que perdemos e que temos de voltar a adquirir com urgência. Perdeu-se a confiança na qualidade dos serviços, na eficácia da resposta, perdeu-se a confiança na celeridade, na rapidez da resposta. Este modelo faliu. Não responde às nossas necessidades e se não responde é da nossa responsabilidade contribuir para que se arranje outro modelo e cá estaremos para o analisar criticamente, para propor soluções e se esse não nos servir, lutaremos por outro que seja melhor. Não há soluções definitivas nem milagrosas na saúde. Sei que esta situação não pode continuar; o sentir das nossas populações e o nosso sentir não permite que esta situação se prolongue.

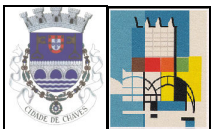
Os Senhores deputados Manuel Cunha, Jorge França e Pimentel Sarmento tantas vezes aqui nos fizeram sentir a perda de valências, de equipamentos, de profissionais e o estado caótico dos nossos serviços de saúde. Esta questão tem de ser supra partidária e tem de envolver todas as ideologias na luta pela qualidade dos serviços de saúde, pela nossa qualidade de vida e pelo bem-estar das nossas populações.

*Posta à votação a “Moção” com as alterações que lhe foram introduzidas, foi aprovada com 89 votos a favor e seis abstenções.*

O Senhor deputado **Rui Jorge da Silva Oliveira** fez a seguinte declaração de voto: “votei favoravelmente esta “Moção” porque acima de tudo gosto de ser coerente comigo mesmo e com aqueles que me elegeram. Votei favoravelmente a “Moção” que foi rejeitada nesta Assembleia, a qual teve 2 votos a favor da CDU, 5 contra e o resto abstenções, porque acredito, de facto, que a Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, autónoma, seja bem melhor do que é, neste momento, a Unidade Hospitalar de Chaves”.

O Senhor deputado **Anselmo José Martins** fez a seguinte declaração de voto: “Em coerência com as posições que tenho tido até este momento em relação a este aspecto da Saúde no Concelho, em coerência também com a preocupação que foi demonstrada aqui pela Senhora deputada Manuela Tender, pela saúde dos cidadãos do nosso Concelho e da Região, eu abstenho-me nesta Proposta exactamente porque não tenho elementos que me assegurem que a opção por uma Unidade Local de Saúde irá garantir toda essa qualidade que nós desejamos”.

A Senhora deputada **Brigite Raquel Bazenga V.T. Gonçalves** apresentou a seguinte declaração de voto: “ o sentido de voto da bancada do PS é favorável. Entendemos que a Comissão deve manter-se activa e deve ser entre Assembleias Municipais, porque não reunimos com a regularidade que o dossier eventualmente o imponha. Será esse o Órgão que está mandatado para auscultar, propor e saber qual é o ponto da situação querendo isto dizer, à semelhança do que dissemos ontem, e do que espero



continuaremos a dizer amanhã, que não é «tout court» alteração do modelo daqui e para acolá, alterando tão só a filosofia jurídica e também contabilística e orçamental que «tout court» nos oferece garantias de uma prestação de melhores cuidados de saúde. Não obstante reconhecendo hoje, como ontem o fizemos, que a integração ficou aquém, que há coisas a melhorar, que há trabalho a realizar e em consonância com aquela que foi a Proposta de Resolução apresentada na semana passada pelo PS. Até lá não baixar os braços naquelas que são as nossas reivindicações e essas sim não são de negociação, não são de política, são exigências de melhoria efectiva dos cuidados de saúde prestados enquanto continuamos aqui a perceber o que é isto de uma Unidade Local de Saúde. A título pessoal desafio a bancada do PSD a vir aqui explicar se já perceberam o que é a Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega. Nos queremos uma Unidade Local de Saúde, queremos discuti-la, com que financiamento, com que quadro médico, com que condições clínicas. É este o Órgão e o responsável para o fazer, quer queiram, quer não é o Senhor Presidente da Câmara”.

O Senhor deputado **Matos Cunha** apresentou a seguinte declaração de voto:” O Grupo Municipal da CDU apoia a criação de Uma Unidade Local de Saúde no Alto Tâmega com um período de transição de dois anos, no âmbito do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. Está disponível para todas as formas de luta na defesa da melhoria dos cuidados de saúde do Alto Tâmega”.

**DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – usou neste momento da palavra para dizer:

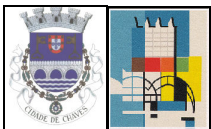
“Relativamente à intervenção que aqui me trás é inerente ao Acto Eleitoral realizado no passado dia 23 de Janeiro para eleição do Presidente da República.

Ainda antes da intervenção inerente às eleições Presidenciais/2011, e relativamente à “Moção” apresentada pela CDU, sobre o não pagamento de Portagens nas SCUT’S, à qual evidentemente o Grupo Municipal do PSD se associa, dizer apenas que votamos favoravelmente porque em consciência e com coerência não poderíamos votar doutra forma.

Relembramos que já em 2004 (02/06/2004), com um governo de coligação PSD/CDS-PP, com o então Primeiro-ministro Dr. José Manuel Durão Barroso, o Grupo Municipal do PSD apresentou nesta Assembleia uma Moção contra o pagamento de Portagens no IP3/A24 e também no ano passado (30/06/2010) apresentamos nova moção nesse sentido. Recordamos que ambas foram aprovadas por esta Assembleia.

Na sequência do acto eleitoral ocorrido no passado dia 23 corrente, o Grupo Municipal do PSD, gostaria de partilhar com esta Assembleia o seguinte:

1. Cumprimentar toda a população do Concelho de Chaves que, mais uma vez, mostrou maturidade democrática, elevado civismo e forte sentido de responsabilidade no decorrer do acto citado;
2. Saudar respeitosamente todos os candidatos que se submeteram por sufrágio directo no supra referido acto eleitoral;
3. Felicitar o Presidente da República reeleito, que vivamente aclamamos e de quem aguardamos um desempenho competente e mobilizador para o desenvolvimento de Portugal;
4. Sublinhar, com especial agrado, o facto de o Professor Cavaco Silva ter sido, de forma clara e inequívoca, vencedor, em todas as Assembleias e Secções de Voto, do nosso concelho (67.56%), aumentando em 2.17% os resultados de 2006, e superando mesmo as médias Nacional (52.91%) e Distrital (65.49%). Os Flavienses, novamente, reconheceram neste candidato a estabilidade política, a capacidade de acção, a esperança no futuro, o rigor e sentido de responsabilidade no exercício do mandato do mais alto cargo da nação, apesar das profecias da desgraça, dos profetas da calúnia, dos defensores da maledicência e dos profetas do descalabro;



5. Agradecer a todos os que, sob qualquer forma, mesmo a mais simples, contribuíram para este resultado histórico no Concelho e ímpar a nível nacional, do Professor Cavaco Silva;
6. Reconhecer particularmente todos aqueles que se dirigiram às urnas para exercer o seu voto (apesar dos problemas burocráticos ocorridos), não se alheando do futuro e exercendo o seu dever para com as gerações vindouras;
7. Apelar ao incentivo da generalidade das pessoas na importância da participação nas decisões que a todos dizem respeito para que os níveis de abstenção sejam cada vez mais reduzidos.

Assembleia Municipal de Chaves em 28 de Fevereiro de 2011, O Grupo Municipal do PSD. *Nelson Montalvão*”.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”.

#### **PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

**1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo**

**2 – Obras em Curso - Documento anexo**

**3 – Outras Actividades Relevantes - Documento anexo**

#### **Outras Informações:**

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

**FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS** do PS – cumprimentos os presentes e em seguida disse:

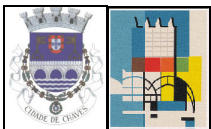
“ Sei que esta é uma informação de agenda e nas agendas apenas se colocam tópicos. Entendo que a informação está muito concentrada e gostaria que o Senhor Presidente da Câmara pudesse esclarecer mais alguma coisa, concretamente: Dia 21 de Dezembro de 2010 – Protocolo para a criação da Escola de Bombeiros do Distrito de Vila Real em Chaves; dia 22 – Assembleia Geral das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (documento apresentado pelo Município de Chaves que mereceu a aprovação unânime dos restantes Municípios que integram o sistema); dia 29 – Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso; dia 17 de Janeiro de 2011 – reunião com a RESINORTE: Possibilidade de resolução do Contrato de recolha Resíduos; dia 23 de Fevereiro de 2011 – reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas. Introdução de Portagens na A24.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – perguntou que informação o Senhor presidente tem da reunião em Lisboa sobre as portagens na A24. Quando é o início do pagamento, quais as isenções e a forma de aplicação. Perguntou ainda sobre o encerramento de novas escolas no Concelho de Chaves.

“Ouvi hoje o Senhor Primeiro Ministro dizer que vão encerrar mais 450 escolas dando a entender que o País não seria viável se não fossem encerradas essas escolas. Perguntou se no Concelho de Chaves vão fechar mais escolas e quais são”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados informando, mais uma vez, que a informação que é distribuída aos Grupos Municipais é constituída por três documentos: *Informação resumida da Actividade Municipal, Informação da Situação Financeira e Informação sobre as Obras.*

- O Senhor **deputado Francisco Pinto de Barros** perguntou sobre a Escola de Bombeiros. Cada Distrito tem uma Escola de Bombeiros. Por contactos com o Senhor Governador Civil e com o Presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários Flavienses, entendeu-se que haveria possibilidades de instalar a Escola de Bombeiros



do Distrito de Vila Real na cidade de Chaves, mais concretamente nas instalações do Bombeiros Voluntários Flavienses. A Corporação disponibiliza o espaço, o Governo Civil como responsável dá o seu aval e a Autarquia executará as obras previstas no montante de cerca de 30 mil euros. Estas obras serão executadas, na sua maior parte, pelos Serviços e pessoal da Câmara Municipal. A previsão é de que no final do próximo mês de Março esta escola esteja a funcionar.

A questão que colocou sobre as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro reporta-se a um documento elaborado pela Câmara de Chaves que foi presente na reunião da Assembleia Geral realizada no passado dia 22 de Fevereiro e votado por unanimidade pelos Municípios associados mas a Empresa, na qualidade de maior accionista, votou contra.

O que está em causa nesta questão é que os custos pelo fornecimento de água em alta – captada, tratada e colocada na rede para distribuição – são demasiado altos. Em Trás-os-Montes esses preços são os mais altos do País. O mesmo acontece com o tratamento das Águas residuais. Se o Estado for a Entidade Reguladora, a solidariedade nacional poderá vir a funcionar como acontece com a electricidade. Poderia baixar 20 cêntimos em Trás-os-Montes e subir cerca 5 cêntimos na zona litoral do País. A Associação de Municípios fez o levantamento, elaborou um documento e chegou à conclusão que isso era possível.

A reunião da Assembleia Geral foi sendo adiada sucessivamente e foi finalmente realizada em Dezembro de 2010, por pressão dos Municípios. Foi aí que foi votada a Proposta do Município de Chaves que a Empresa Águas de Portugal rejeitou. Nessa Proposta dizemos que em Portugal os sistemas de águas e saneamento foram da responsabilidade exclusiva dos Municípios até 1993. A partir desse ano foi aberta a possibilidade de poderem ser concessionados pelo Estado e aí surge o primeiro problema porque o Estado é árbitro e ao mesmo tempo jogador, uma vez que é detentor da maioria do capital. A nossa Proposta defendia que os sistemas multimunicipais não foram criados para substituir os municipais, mas para os complementar, até porque, como todos sabemos, os sistemas multimunicipais não chegam a todo o lado. No Concelho de Chaves, neste momento, apenas servem a cidade, Vidago e Vila Verde da Raia.

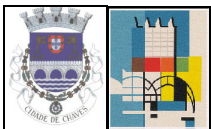
Segundo a legislação em vigor o parecer das Assembleias Municipais, não é vinculativo para esta matéria. É apenas um requisito processual e não formal e o facto da Assembleia Municipal de Chaves ter votado não altera nada. A relação do estado com as autarquias baseia-se no princípio da descentralização, mas no que se refere a este assunto esse princípio é de concentração, sem ter em conta quer o equilíbrio económico-financeiro dos municípios, quer as questões de âmbito social. Ficaram de pagar uma renda pela rede mas nunca o fizeram.

Em 2009 aparece o chamado Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – PEAASAR – que coloca regras que no nosso país não são cumpridas. As regras europeias dizem que nenhuma família média – 4 pessoas – que gasta 10 m<sup>3</sup> de água por mês, não deve pagar mais de 1% do total do seu rendimento médio.

Propusemos a renegociação com as Águas de Portugal de modo a que as tarifas em Trás-os-Montes não fossem as mais altas, mas que viessem a ser iguais às mais baixas do País. Nós pagamos a água a sessenta e dois cêntimos o metro cúbico e o Grupo vende, a mais barata, a trinta e quatro cêntimos; pagamos o tratamento do metro cúbico de águas residuais a setenta e dois cêntimos e o Grupo vende esse serviço, noutras regiões, por menos trinta e dois cêntimos.

Propusemos também que fosse facilitado aos municípios a possibilidade de serem eles a gerir os equipamentos se assim o entendessem, mediante o pagamento de uma renda igual à que o Grupo ficou de pagar e nunca o fez, bem como a sua aquisição,





caso fosse possível, pela percentagem não comparticipada dos fundos comunitários. Os investimentos das Águas de Trás-os-Montes em Chaves foram avultados mas foram comparticipados em 85%. Propusemos por último que enquanto não houvesse negociações as Autarquias deixariam de pagar as respectivas facturas. Na sequência disso, no passado dia 26 de Janeiro numa reunião no Porto com a Senhora Ministra do Ambiente, entendeu-se que durante este mês de Fevereiro, surgiria uma Proposta no sentido de o Governo promover a alteração da Lei que permita alterar os valores do fornecimento da água em alta. Estamos no último dia do mês e continuamos a aguardar que essa Proposta nos seja apresentada.

Sobre os Agrupamentos de Centros de Saúde existiu o primeiro Conselho da Comunidade em que tomaram posse as diversas entidades que o constituem e onde foi dado conhecimento do Plano de Actuação do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso.

Situação da RESINORTE. O Município de Chaves, em comparação com os demais Municípios, tem vindo a ser um pouco mais “protector” da Empresa. Sempre actuámos em conjunto com os restantes municípios e todos sabemos que os Concelhos não são iguais; uns têm maior dimensão e produzem menor quantidade de resíduos e vice-versa. Isto significa que se o Município de Chaves retomar a sua recolha poupa, em média, 15 € por tonelada. (em Chaves temos um volume de 17.000 toneladas/ano). Apresentámos essa Proposta e temos feito negociações com a Empresa no sentido de terminar o contrato de concessão relativamente à recolha dos resíduos no Concelho, que posteriormente poremos a concurso.

Sobre as SCUT'S tivemos uma reunião no passado dia 23 de Fevereiro com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Nessa reunião o Senhor Secretário de Estado nem sequer admitiu discussão sobre a possível isenção de portagens. Informou que a partir do dia 15 de Abril iriam ser cobradas portagens na A24, que em cada saída haveria um pórtico e o km seria cobrado a sete/oito cêntimos; para os residentes na respectiva NUT haverá a isenção de dez viagens por mês, dentro do Concelho, e 15% durante os três primeiros anos. Negociámos a não colocação do pórtico inicialmente previsto entre o nó de Vila Verde da Raia e o nó da Zona Industrial. Estava prevista a colocação de catorze pórticos no espaço geográfico de Chaves a Viseu, mas ficarão apenas treze.

O Senhor **deputado Manuel Justino Matos Cunha** colocou a questão do encerramento de escolas. No Concelho de Chaves estão a funcionar, nesta data, três escolas com menos de vinte alunos – Mairós, Santo Estêvão e Soutelo. Isto significa que poderão vir a ser encerradas se forem mantidas as normativas do Ministério da Educação. Mairós é neste momento a mais distante e lutaremos para que continue em funcionamento porque tem crianças que vêm de aldeias ainda mais distantes. Na altura das matrículas darei conhecimento a esta Assembleia do ponto da situação.

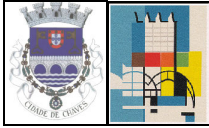
Informo os Senhores deputados que a partir deste ano a EDP deixa de ter a exclusividade do fornecimento de energia eléctrica. Haverá um concurso público para média tensão e baixa tensão especial que é obrigatório.

Informo ainda que já temos acordo com a UNICER para a cedência da água para o Balneário de Vidago.

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda informação relativa à situação Económica e Financeira do Município a 21 de Fevereiro, chamando a atenção para o aumento da Dívida de Terceiros para com a Autarquia que aumentou consideravelmente.

Referiu-se à Informação sobre as Obras em curso dizendo que dos cerca de trinta milhões de obras adjudicadas, cerca de cinco milhões foram investidos em obras nas zonas rurais do Concelho.

Terminou referindo-se aos Conselhos Municipais de Juventude dizendo que a Lei que foi publicada em 2010 sobre esta matéria, sofre de inconstitucionalidade, conforme



parecer do Senhor Provedor de Justiça que aconselha os Municípios a aguardar a alteração da referida legislação.

**DEPUTADO RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA** da CDU – pediu novamente a palavra para referir que lhe parece haver uma grande resignação relativamente ao pagamento de portagens na A24.

Em seu entender os Presidentes das Câmaras do Alto Tâmega deveriam tomar posição sobre esta matéria e eleger uma Comissão de utentes que liderasse a luta contra o pagamento das portagens.

**ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA** do PS – usou da palavra para dirigir algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. Disse:

A Dívida de Terceiros em Setembro de 2010 era de 434.091,17 euros, e nesta data vai em 10.548.169,93€. É um aumento significativo que gostava de ver explicado. Nos Empréstimos Bancários a curto prazo em Dezembro tínhamos um valor de dívida de 140.522,65€ e nesta data temos 800.000,00. Qual a explicação para este valor.

Para a intervenção feita na Av. do Tâmega não está afectado qualquer pagamento na Informação de obras. Peço ao Senhor Presidente da Câmara informe se esta obra é da responsabilidade da Empresa Águas de Trás-os-Montes ou se é da Autarquia. É uma obra feita há pouco tempo e já está cheia de abatimentos e deficiências.

Em Vidago está a ser feita uma construção na Av. Sá Carneiro sem respeito pelas regras urbanísticas. Não se sabe se é uma obra licenciada e se está a ser fiscalizada e acompanhada por técnicos responsáveis; os taludes não foram respeitados, as árvores têm uma envolvente em cimento, há afastamentos que não são respeitados e gostava de ser informado sobre esta questão”.

**DEPUTADO JORGE MIGUEL FRANÇA SANTOS** do PSD – usou novamente da palavra para se referir aos Recreios e Parques Infantis da cidade de Chaves. Há alguns anos atrás foi feita uma exposição alertando para o estado deficitário de alguns destes equipamentos de utilização comum. É evidente que a Autarquia não pode ser a única entidade responsável pela destruição selvagem destas infra-estruturas por parte de alguns cidadãos. Talvez uma maior vigilância pudesse evitar algumas situações.

Chamou a atenção para o Rivelas que pela falta de barreiras de protecção nas suas margens, no trajecto urbano, representa algum perigo para as pessoas que ali passam. Já aconteceram acidentes com adultos e crianças. Pede que seja feito um estudo para o local no sentido de se poder fazer uma intervenção de forma a prevenir outros acidentes que ali possam vir a ocorrer.

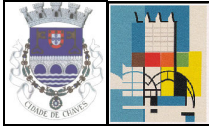
**O PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas nas intervenções anteriores.

O valor a que o Senhor deputado **António Almeida** se referiu, na sua intervenção, diz respeito às taxas a aplicar quando a nova tabela de taxas e licenças for aprovada e publicada, pela utilização do subsolo pelas Empresas: Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, Duriense Gás e Portugal Telecom, com as suas respectivas condutas.

São empresas com capacidades financeiras e o assunto está a ser estudado pelos Serviços Jurídicos da Autarquia e das Empresas em questão. Os restantes valores inscritos na rubrica Dívida de Terceiras dizem respeito a valores provenientes de Fundos Comunitários.

Todos os Empréstimos Bancários de curto prazo têm de ser pagos num ano e a respectiva coluna mostra a evolução dos valores que lhe estão afectados.

A obra da Avenida do Tâmega é da exclusiva responsabilidade das Águas de Trás-os-Montes no que se refere à conduta de águas residuais e reposição da pavimentação. A Câmara Municipal, aproveitando a ocasião pediu que lhe fosse autorizada a substituição da conduta de distribuição de água domiciliária e respectivos ramais, trabalhos que a Autarquia assumiu pagar num valor de cerca de 50 mil euros.



Nesta obra a maior parte da vala foi aberta em rocha, razão porque demorou muito mais tempo. A repavimentação foi feita no período de inverno e houve, por esse motivo, algum abatimento nomeadamente junto das caixas de visita, onde o cilindro não pode compactar devidamente. Estamos atentos para encontrar uma solução que resolva as deficiências que apareceram.

A obra de construção em Vidago a que o Senhor deputado se referiu está com um processo de contra ordenação, aguardando o cumprimento dos prazos que a lei determina.

Registo a preocupação do Senhor deputado Jorge França sobre a questão do Rivelas. A primeira proposta do Programa Polis contemplava uma intervenção ao longo das margens do ribeiro. Com as sucessivas alterações que foram feitas ao referido Programa, essa intervenção foi retirada e, neste momento, não está prevista qualquer obra para aquele local.

Nos Parques Infantis temos tido o cuidado de repor os equipamentos quando são vandalizados, temos investido em pavimentos e equipamentos mais modernos que nos dão maior segurança para as crianças e já encerramos parques que não ofereciam segurança.

**DEPUTADO RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA** da CDU – usou novamente da palavra para dizer que o Senhor Presidente da Câmara não respondeu à questão que tinha colocado na sua intervenção anterior sobre o pagamento de portagens nas SCUT'S. Referiu ainda o piso do parque da Escola de Santo Amaro que se encontra bastante degradado.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu dizendo que qualquer pessoa que vai para uma luta vai com o objectivo de a ganhar, mas há situações em que temos de ponderar bem o que vale a pena fazer.

No caso das SCUT'S estão previstas diversas iniciativas não só pelos municípios como por Comissões de utentes. Para a A23, A24 e A25 já existe uma Comissão que veio recolher assinaturas em Chaves para uma Petição Pública e tem previsto outras acções de protesto. A Autarquia apresentou alternativas mas não foram aceites.

Sobre o piso do parque da Escola de Santo Amaro informou que neste momento a Autarquia está a equipar os parques dos Jardins de Infância; depois desta fase serão tratados os problemas existentes nas escolas do 1º. Ciclo.

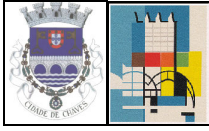
#### **PONTO 2. – REGULAMENTO DE COMPENSAÇÕES DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DEFINITIVA NA SEQUÊNCIA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA.**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a Câmara Municipal aprovou em Janeiro a Proposta de Projecto de Regulamento de Compensações e Matriz de Contrato de Urbanização para a prossecução da execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, que em seguida entrou em período de discussão pública, num período de 30 dias.

Esse período terminou no passado dia 16 de Fevereiro em curso e não foi possível marcar a reunião da Assembleia Municipal para o dia 23 – 4ª feira porque o tempo entre uma data e outra era muito pequeno e não dava para cumprir o Regimento. Por essa razão foram marcadas as reuniões quer da Câmara quer da Assembleia Municipal para o dia de hoje, de forma que este processo pudesse ser discutido neste Fórum.

O Processo teve o seu percurso conforme os Senhores deputados puderam conferir pelos documentos que lhe foram distribuídos e vem a esta Assembleia Municipal para aprovação do referido Regulamento de Compensações.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



## Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 01/2011

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, \_\_\_\_\_

O 1º. Secretário, \_\_\_\_\_

O 2º. Secretário \_\_\_\_\_

A Funcionária \_\_\_\_\_